

CENTROS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (CIEJAs): ALTERNATIVA PARA UMA EJA DE QUALIDADE?¹

Bárbara Fernanda de Freitas

Universidade de São Paulo (USP)

barbarafreitas@usp.br

José Marcelino de Rezende Pinto

Universidade de São Paulo (USP)

jmrpinto@ffclrp.usp.br

INTRODUÇÃO

Antonio Candido (2011, p. 193) afirma que “[...] a luta pelos direitos humanos abrange a luta por um estado de coisas em que todos possam ter acesso aos diferentes níveis da cultura”, entretanto, este ainda é um cenário utópico para um país estruturalmente desigual como o Brasil, que ainda não é capaz de efetivar um direito básico e central: o direito à educação, que continua sendo negado a uma parcela da população. Dentre todas as facetas que marcam a desigualdade educacional, acreditamos, amparados pela literatura, que a modalidade mais marginalizada e relegada na história da educação brasileira é a Educação de Jovens e Adultos (EJA), marcada por grande subalternidade diante das demais etapas, o que se traduz em descontinuidade de políticas públicas, programas desarticulados e fragmentados, financiamento ínfimo, demanda reprimida e oferta precarizada (Di Pierro, 2005). Além disso, desde 2007, a modalidade registra queda nas matrículas, saindo de cinco milhões de alunos, em 2007, para três milhões em 2020, redução de 40%. Pinto (2021) afirma estarmos diante de um abandono no atendimento dos jovens e adultos, analisando que

[...] é fácil entender por que a EJA, a modalidade mais frágil de ensino, é a rubrica mais fácil de cortar gastos. Afinal, em sua maioria, suas turmas funcionam quase que ‘de favor’ no período noturno das escolas estaduais e municipais, seus professores são, em geral, os mesmos que atendem o chamado ensino ‘regular’ e complementam, na EJA, sua jornada com vistas a melhorar a remuneração, sem uma identidade própria como modalidade e política

¹ Apresenta parte dos resultados de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), referente ao processo nº 2023/06535-5.

pública. [...] Em resumo, tem que cortar gastos? A EJA é o elo mais frágil (Pinto, 2021, p. 11).

Corroborando com o autor, Kuhn (2018) entende que o fato de as turmas de EJA, em geral, funcionarem como apêndices no período noturno das escolas é um dos fatores que reforça a sua marginalização e a falta de atratividade para o público-alvo, além de aspectos como a rigidez e ausência de práticas condizentes com os educandos. Pensando nisso, a autora chama a atenção para a relevância de centros educacionais exclusivos de EJA, já que, sendo direcionados às especificidades do grupo em termos de flexibilização e diversificação de tempos, espaços, currículo e práticas pedagógicas, apresentam melhores índices de aproveitamento e menores taxas de evasão e abandono (Kuhn, 2018).

Assim, buscando possíveis alternativas para um caminho próprio de se pensar a EJA, e considerando a escassez de pesquisas sobre o tema, este trabalho, a partir de resultados iniciais de dissertação de mestrado, se dedica a discutir as potencialidades dos Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos (CIEJAs), equipamentos públicos da rede municipal de ensino de São Paulo, que têm apresentado avanços para a democratização do acesso e permanência dos jovens e adultos na escola (Faria, 2014).

DESENVOLVIMENTO

Assim como na esfera nacional, a cidade de São Paulo também é marcada por rupturas e descontinuidade de políticas no âmbito da EJA. Atualmente, há cinco formatos de atendimento da modalidade na rede municipal, considerando a oferta regular nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs), o Movimento de Alfabetização de São Paulo (MOVA), a EJA modular, os Centros Municipais de Capacitação e Treinamento (CMCTs) e, por fim, os CIEJAs. Apesar da diversidade de formatos, são poucos os estabelecimentos que atendem a EJA: de acordo com os dados do Censo Escolar, sistematizados pelo Laboratório de Dados Educacionais (LDE), em 2021, de um total de 1.534 escolas municipais, apenas 176 registraram matrículas da modalidade, 11,5% do total. Ainda, no ano de 2020, de 44.404 matrículas municipais de EJA, 86,7% eram ofertadas no período noturno. Além disso, o trabalho de Catelli Jr, Di Pierro e Giroto (2019) mostra que a distribuição territorial de EJA no município privilegia as zonas centrais, reforçando a desigualdade centro-periferia.

A literatura corrobora que a flexibilização de tempos e espaços é fundamental para o acolhimento dos sujeitos da EJA, que devem ser o princípio norteador da organização escolar. Nessa perspectiva, os CIEJAs, criados em 2003, têm como tônica a flexibilidade. Distribuídos pelas periferias da cidade, oferecem cursos presenciais de Ensino Fundamental organizados em quatro módulos anuais. Os encontros diários têm duração de duas horas e quinze minutos cada e, distintamente da EJA regular, além do período noturno, o CIEJA funciona, também, nos períodos matutino e vespertino, o que faz com que o público-alvo seja expandido, abrangendo, por exemplo, trabalhadores do período noturno, idosos e “donas de casa”, além de impactar nos fatores transporte e segurança (Faria, 2014). Não é à toa que, de acordo com dados obtidos no LDE, a maior parte dos alunos dos CIEJAs está acima da faixa dos 40 anos, concentrando o maior índice de adultos e idosos se comparado às matrículas da EJA regular, onde se observa com clareza o fenômeno da “juvenilização da EJA” (Di Pierro, 2005). Os dados também revelam que os CIEJAs concentram a maior parte de alunos público-alvo da educação especial e migrantes. Em suma, há maior espaço para a diversidade.

Outro ponto forte é a gestão democrática. Segundo Faria (2014, p. 99), os CIEJAs são “equipamentos públicos, mas constituídos sobretudo pelas pessoas que nele convivem”, orientados pelo diálogo, pela perspectiva de educação popular e pela participação ativa da comunidade escolar. A autora reforça que a proposta educativa avança na superação de questões históricas que atravessam a modalidade. Entretanto, cabe lembrar que a trajetória do CIEJA é perpassada por mobilização e luta dos sujeitos locais, com destaque para a ação dos gestores que já tiveram de enfrentar, inclusive, ameaças de extinção do projeto (Faria, 2014).

Assim como nossa pesquisa de campo, os estudos de Faria (2014) e Kuhn (2018) mostram que os CIEJAs, desde o princípio, funcionam em espaços improvisados, muitas vezes em imóveis alugados pela prefeitura e adaptados para o funcionamento, o que retrata a falta de priorização pelo governo local e a falta de investimento em infraestrutura adequada. Também é importante dizer que existem apenas 16 unidades. Em 2020, segundo dados do LDE, cada centro possuía, em média, 706 alunos, o que os tornava responsáveis por cerca de 25% das matrículas municipais de EJA no mesmo ano, ante 75% das EMEFs.

CONCLUSÕES

A fim de trazer visibilidade às lacunas ainda latentes no campo das políticas públicas de EJA, reiteramos a relevância de propostas que levem em consideração as especificidades de seu público-alvo e que se norteiem pela flexibilização, abrangendo a diversidade que compõe uma demanda ainda reprimida, uma vez que a oferta somente no período noturno exclui parte destes sujeitos.

A rede municipal de São Paulo avança nessa perspectiva com o projeto CIEJA, no entanto, fica clara a necessidade de maior atenção por parte da prefeitura, no que se refere, por exemplo, à adequação da infraestrutura e também à ampliação do projeto, para que se possa atender maior número de estudantes. Por fim, entendemos que este trabalho se pauta, também, pela importância de, como lembrado por Kuhn (2018,), reafirmar as potencialidades da escola pública, em tempos de desprestígio e esvaziamento de seu sentido político, de modo a apontar alternativas possíveis de organização escolar orientadas pela democratização e diversidade.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. **Vários Escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011. p. 171-193.

CATELLI JR., R.; DI PIERRO, M. C.; GIROTTO, E. D. A política paulistana de EJA: territórios e desigualdades. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 30, n. 74, p. 454-484, mai./ago. 2019.

DI PIERRO, M. C. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial, out. 2005.

FARIA, V. E. P. **A trajetória do projeto CIEJA entre as políticas públicas de EJA na cidade de São Paulo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

KUHN, A. **Tempos e espaços da Educação de Jovens e Adultos**: estudo de casos de centros públicos exclusivos da modalidade. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

PINTO, J. M. R. As esperanças perdidas da Educação de Jovens e Adultos com o Fundeb. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, v. 11, n. 14, 2021.